



13958685



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA:	03/02/2021	
LOCAL:	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 3º andar, Sala 304	
PARTICIPANTES	NOME	ÓRGÃO
1.	André Luiz de Almeida Mendonça	GM
2.	Rodrigo Sorrenti Hauer Vieira	GM
3.	Renato Dantas de Araújo	GM
4.	Tercio Issami Tokano	SE
5.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
6.	David de Lima Freitas	SPO
7.	Rogério Xavier Rocha	SAA
8.	Rodrigo Lange	DTIC
9.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
10.	Georgia Renata Sanchez Diogo	ASINT
11.	Josélio Azevedo de Sousa	SEGEN
12.	Alexandre Rabelo Patury	SENAJUS
13.	Juliana Oliveira Domingues	SENACON
14.	Luiz Roberto Beggiora	SENAD
15.	Carlos Renato Machado Paim	SENASP
16.	Jeferson Lisbôa Gimenes	SEOPI
17.	Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça	DEPEN
18.	Rolando Alexandre de Souza	PF

19.	Eduardo Aggio de Sá	PRF
20.	Neide Alves Dias de Sordi	AN
21.	Rodrigo de Sousa Alves	FUNAI
22.	Ronaldo Vieria Bento	OUV
23.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE
24.	Luana Quiteria Magalhães	SE
25.	Adonival Coelho de Sousa Júnior	SEOPI
26.	Eduardo Augusto Muniz de Souza	PRF
27.	João Francisco Goulart dos Santos	FUNAI
PAUTA:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abertura; 2. Considerações iniciais e pauta da reunião; 3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: SENACON, SEGEN e SE; 4. Planejamento Estratégico 2020-2023 - revisão de fevereiro de 2021; 5. Informe SPO/SE; 6. Informe SAA/SE; 7. Informe AECI; 8. Informe DTIC/SE; 9. Encaminhamentos. 	

DELIBERAÇÕES

1. O Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. André Mendonça, deu início agradecendo a presença de todos na primeira reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE do ano de 2021. Salientou a necessidade de esforço de todas as unidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP no planejamento e na execução efetiva para que os indicadores estabelecidos sejam alcançados. Destacou que o cenário atual permite que as metas estabelecidas sejam superadas, mas para isso é preciso que todos estejam atentos às oportunidades.
2. O Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano apresentou a pauta da reunião e reforçou um dos propósitos da reunião do CGE que é fazer o monitoramento dos projetos e indicadores estratégicos do MJSP. Foi informado que no ano de 2021 será permitido o uso da ferramenta *PowerPoint* nas apresentações realizadas durante as reuniões do CGE, mas a preferência ainda é o uso do *PowerBI*. O Secretário-Executivo concluiu sua fala identificando as unidades que apresentarão os resultados na reunião, sendo elas: Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON, Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – SEGEN e Secretaria Executiva – SE.
3. A Secretária Nacional do Consumidor, Sra. Juliana Domingues, iniciou a apresentação do projeto “Fortalecimento do Fundo de Defesa de Direitos Difusos junto a Sociedade”, destacando que grande parte do planejamento das atividades do ano de 2020 previam reuniões e capacitações presenciais. Informou que algumas dependem do envolvimento e conscientização da sociedade civil. Destacou que houve a inserção do projeto na janela de revisão, com a reprogramação das datas de início e de término, para que as capacitações pudessem ser reformuladas no modelo virtual, além da continuidade das atividades no ano de 2021, com práticas que envolvem a possibilidade de movimentação da própria equipe para a conclusão das tarefas. Com relação ao indicador “Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo”, informou que a Escola Nacional de Defesa do Consumidor – ENDC, vinculada à SENACON, tem feito um trabalho alinhado com as melhores práticas internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, além de ter uma agenda de empoderamento do consumidor e de capacitação dos gestores que trabalham diretamente com os consumidores. Ao total contam com 990 (novecentos e noventa) Programas de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCONs e seus representantes são capacitados pela ENDC. No ano de 2020 foram 38.487 (trinta e oito mil quatrocentos e oitenta e sete) alunos, superando em 92% (noventa e dois por cento) a meta inicial de 20.000 (vinte mil). Para 2021, a SENACON já possui 16 cursos com matrículas abertas.

4. Após a conclusão da apresentação do indicador, o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, perguntou se a transferência dos processos de seleção dos projetos a serem apoiados com recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD para o segundo semestre podem impactar a meta de execução orçamentária. A Sra. Juliana Domingues respondeu que não pois vários projetos possuem pedidos de prorrogação, e serão executados com base ainda no que foi selecionado em 2019, inclusive a SENACON já fez um mapeamento sobre o assunto para avaliar se teria impacto ou não.
5. Dando continuidade ao monitoramento, o Secretário de Gestão e Ensino em Segurança Pública, Sr. Josélio Sousa, apresentou o projeto “ComprasSUSP – Estratégia de Compra Nacional do Sistema Único de Segurança Pública” elaborado a partir da constatação de que as aquisições dos órgãos de segurança pública poderiam ser sistematizadas e da necessidade de apoiar os estados no processo de execução de seus orçamentos na área de segurança pública. Dessas constatações houve a necessidade da SEGEN, enquanto unidade de coordenação de segurança pública, buscar uma solução para tornar esse orçamento executável e suprir a dificuldade de transformar o orçamento em políticas públicas. Destacou que o objetivo geral do projeto é ser um facilitador para as aquisições necessárias às entregas das políticas públicas de segurança pública pelos estados, sendo que suas ações envolvem a simplificação do processo de compras e aquisições feitas em maior escala, de forma otimizada e de melhor qualidade. As principais entregas no ano de 2020 incluíram a disponibilização de 10 (dez) atas de registro de preços, a institucionalização da Portaria do Ministro nº 669/2020 e a criação de plataforma digital para aquisição de equipamentos e contratações de serviços. Com relação ao indicador “Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo” destacou que a meta era de 100.000 (cem mil) vagas e foi superada com a utilização otimizada da plataforma com ensino à distância, fechando com o total de 161.702 (cento e sessenta e um mil setecentos e dois) profissionais capacitados. Os dois cursos mais procurados foram o “Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo” e o “Aspectos Jurídicos da Atuação Policial” e a unidade federativa com o maior número de alunos aprovados foi o Goiás com 42.856 (quarenta e dois mil oitocentos e cinquenta e seis) aprovações. Por fim, informou que o índice de aprovação total foi de 78,21% (setenta e oito vírgula vinte e um por cento).
6. O Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. André Mendonça, orientou que as unidades envolvidas com o tema segurança pública, como Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, Polícia Federal – PF e Polícia Rodoviária Federal – PRF façam suas aquisições, quando possível, por meio do ComprasSUSP com a finalidade de dar mais agilidade aos procedimentos internos.
7. Em seguida, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, destacou o envio mensal de solicitação às unidades para que informem suas principais entregas de impacto e pediu às unidades que tenham maior atenção com este processo. O Subsecretário parabenizou ainda o Sr. Josélio e agradeceu aos Srs. Tércio e Washington pelo compromisso com o projeto ComprasSUSP.
8. O Sr. Ministro, antes de passar a palavra, agradeceu ao Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David, por ser um dos grandes profissionais do serviço público, não só do Ministério, e o parabenizou por seu comprometimento e competência frente aos trabalhos desempenhados junto ao órgão.
9. Terminando o monitoramento, o Subsecretário de Administração, Sr. Rogério Rocha, falou sobre o projeto “Revisão e padronização dos processos relativos a contratações públicas” da SE, que, atualmente, encontra-se em 84% (oitenta e quatro por cento) concluído. O objetivo do projeto é cuidar da temática de licitações e contratos, com o foco na melhoria gradativa do processo de licitação pública no âmbito do Ministério. As ações para o ano de 2021 contam com a efetiva participação da SEGEN, principalmente pelo projeto ComprasSUSP, da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC nas compras da área de tecnologia e da Subsecretaria de Administração – SAA com as demais contratações. Os cronogramas padronizados de contratação surgem através desse projeto para toda modalidade de licitação, permitindo também a criação de indicadores para acompanhamento. Apresentou o indicador “Tempo médio de conclusão dos processos licitatórios”, informou que há dois anos o processo de licitação de um eletrônico demorava quase 250 (duzentos e cinquenta) dias úteis para ser concluído, e hoje demora aproximadamente 177 (cento e setenta e sete) dias úteis, um pouco acima da meta estabelecida para o ano de 2020 que foi de 161 (cento e sessenta e um) dias. A meta para o ano de 2021 é que a conclusão do processo licitatório ocorra em 152 (cento e quinta e dois) dias.
10. O item da pauta sobre o Planejamento Anual de Contratações foi antecipado, com isso o Sr. Rogério Rocha deu seguimento. Informou que o processo de elaboração do Plano Anual de Contratações – PAC decorre da Instrução Normativa ME nº 01, de 10 de janeiro de 2019, que o torna de caráter obrigatório, devendo estar aprovado e publicado no site institucional. No âmbito interno do MJSP, a Portaria MJSP nº 405, de 20 de novembro de 2020, instituiu os mecanismos de governança e determinou as diretrizes e os procedimentos para as contratações públicas. Suas principais inovações são: a visão gerencial e sistêmica deste processo e o estabelecimento de critérios e do Calendário Anual de Contratações. Dentro desse sistema de melhoramento das licitações, a Comissão de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – CPGC tem destaque central.

Um dos principais desafios é obter as informações de cada unidade, já que o registro de licitações não permite que a informação seja centralizada. Sob o ponto de vista de execução, o número de processos homologados no ano de 2020 ficou em R\$ 2.6 bilhões. Por fim, na última reunião da CPGC foi estabelecido: o cronograma de revisão de 2021, com data até 13 de fevereiro para encaminhar as mudanças de cada unidade, a priorização das contratações de acordo com os critérios do art. 13 da Portaria nº 405/2020, a adequação dos planos setoriais ao orçamento discricionário disponível, o encaminhamento do status de contratação para a CPGC (cuja execução será acompanhada nas reuniões do CGE), a elaboração de painel de controle para acompanhamento da alta administração sobre o percentual de execução de cada unidade e o estabelecimento de um ponto de controle pelas unidades do MJSP a partir de reuniões periódicas com base no parágrafo único do art. 23 da Portaria nº 405/2020. O PAC de 2022, por uma determinação do Ministério da Economia – ME, deve ser elaborado e publicado até o dia 30 de abril. Salientou que todos os pontos focais foram devidamente instruídos para que os prazos sejam cumpridos a fim de ter uma consolidação adequada.

11. O Sr. Ministro destacou que os projetos continuarão sendo acompanhados por ele, juntamente com o Secretário-Executivo, e a importância do comprometimento e acompanhamento em termos de gestão. Salientou ainda que pontos críticos sejam tratados com o ponto focal.
12. Em continuidade, o Sr. Washington Bonini, destacou que a fala do Sr. Rogério Rocha demonstrou que existe uma forma de planejamento e acompanhamento de contratações no Ministério que está sendo gestada desde 2015, e que o MJSP possui uma ótima dinâmica de acompanhamento de contratos. Abordou também a importância do planejamento pelas unidades, a importância dos dados gerados refletirem a sua real execução e a necessidade de revisão dos cronogramas de licitações.
13. Dando continuidade à reunião, o Sr. David Freitas falou sobre Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE do Planejamento Estratégico 2020-2023 a ser realizada em fevereiro de 2021, informando que o processo já foi iniciado e que poderão ser feitas inclusões, alterações, exclusões e revisões de metas, exceto para aqueles indicadores que são resultados intermediários do Plano Plurianual 2020-2023 – PPA. Explanou ainda sobre a execução orçamentária do Ministério, comparando dados de 2018 e 2020, informando que tanto o empenho quanto a execução de 2020 foram melhores. Destacou os repasses feitos pela SEGEN e SENASP, com mais de 1,2 bi (um bilhão e duzentos milhões). Por fim, informou sobre a inovação da Lei de Diretrizes orçamentárias, que foi um ganho enorme para a segurança pública já que esse ano suas despesas constam no Anexo III da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020. Salientou os esforços que estão sendo feitos visando evitar eventuais contingenciamentos no Ministério. E por fim agradeceu o Assessor Especial de Controle Interno, Sr. Cláudio Py, e parabenizou todas as equipes envolvidas na produção do relatório de transparência e prestação de contas.
14. Logo após o Sr. Cláudio Py apresentou para deliberação o Plano de Integridade que está na terceira fase. O plano é baseado no Decreto 9.203/2017 que determina a obrigatoriedade de todos os órgãos constituírem seu Plano de Integridade, além da Portaria – CGU nº 1.089, abril de 2018, alterada pela Portaria – CGU nº 57, janeiro de 2019 que instrui o plano a ocorrer por fases e se formalizar por meio de Plano de Integridade. Informou ainda que as duas primeiras fases já se encontram concluídas e a terceira encontra-se em processo de conclusão e será responsável pela execução e monitoramento do programa. Como ferramenta, nesta última fase foi enviado a cada unidade um processo SEI específico para realização de tratamento dos riscos. Em síntese o Plano interno é composto pela introdução, metodologia, informações gerais dos resultados do processo de gerenciamento de risco de integridade, informações gerais das unidades e plano de implementação das medidas de tratamento aos riscos de cada unidade. Como resultados do processo de monitoramento foram identificados 2.925 eventos de riscos, sendo 459 de nível médio para cima e 133 medidas de tratamento. Ainda, está sendo trabalhada a elaboração de Selos de Integridade envolvendo as políticas do Ministério. Informou que as propostas de terceira fase apresentadas já foram aprovadas pelos membros da Comissão Executiva do Programa de Integridade - CEPI na reunião do dia 20 de janeiro de 2021, com manifestação formal através do processo SEI nº 08001.000119/2021-17. O Plano foi aprovado por todos os presentes.
15. Encerrando as pautas da reunião, o Diretor de Tecnologia da Informação, Sr. Rodrigo Lange, informou que o Plano Diretor da Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC já foi publicado no site do Ministério. Além disso, informou que estão sendo realizadas reuniões com as áreas para que o Plano não se torne apenas uma lista de desejos, mas sim um instrumento efetivo de planejamento na área de tecnologia da informação – TI. Também foi criado um Grupo de Trabalho para revisão do PDTIC, o qual enviará um ofício às unidades para escolha de um representante que irá realizar a classificação de documentos de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.
16. Finalizando a reunião, o Sr. Tércio transmitiu os seguintes encaminhamentos: i) o processo SEI de monitoramento (08011.000012/2021-27), responsável pela coleta dos indicadores e atualização do andamento dos projetos terá prazo até o dia 10 de fevereiro de 2021; ii) o monitoramento qualitativo das entregas efetivas de projetos estratégicos e outras entregas relevantes também terão prazo até o dia 10 de fevereiro; iii)

solicitou atenção para a ata da 12ª Reunião do Conselho Interministerial de Governança – CIG (Ofício-Circular SPO nº 10, SEI 13761832) enviada aos titulares no dia 25 de janeiro de 2021; iv) informou sobre a proposta, além das reuniões ordinárias que ocorrem na última quinta feira do mês, de realização de uma reunião extraordinária a cada 15 dias com pauta livre; v) informou as unidades que apresentarão o andamento de 1 (um) projeto e de 1 (um) indicador na próxima reunião (DEPEN: Projeto “Fomento ao trabalho remunerado no sistema prisional” e indicador “Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais” ; PRF: Projeto “Alerta Brasil 3.0 ” e indicador “Taxa de acidentes graves em rodovias federais”; e SENAJUS: Projeto “ Sistema para processamento de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado – SISCONARE” e indicador “Processos de reconhecimento da condição de refugiados decididos”).

17. Por fim o Sr. Ministro agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 22/03/2021, às 14:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **TERCIO ISSAMI TOKANO, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 22/03/2021, às 15:17, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 22/03/2021, às 15:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Rabelo Patury, Secretário(a) Nacional de Justiça - Substituto(a)**, em 22/03/2021, às 15:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 22/03/2021, às 17:00, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 22/03/2021, às 18:01, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 23/03/2021, às 15:37, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 23/03/2021, às 16:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 23/03/2021, às 17:54, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luana Quitéria Magalhães Hatsumura, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva**, em 23/03/2021, às 18:41, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO AGGIO DE SÁ, Usuário Externo**, em 24/03/2021, às 09:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Joselio Azevedo de Sousa, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 24/03/2021, às 17:41, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 26/03/2021, às 11:26, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 29/03/2021, às 18:00, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO SORRENTI HAUER VIEIRA, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 29/03/2021, às 18:01, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sousa Alves, Usuário Externo**, em 30/03/2021, às 09:11, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Lisbôa Gimenes, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 30/03/2021, às 14:25, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RENATO MACHADO PAIM, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 30/03/2021, às 15:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RENATO DANTAS DE ARAÚJO, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 30/03/2021, às 16:38, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **13958685** e o código CRC **B6CF7683**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.